

**Intervenção do Secretário de Estado
da Descentralização e da Administração Local**

XVII Congresso Nacional da ANAFRE

Portimão, 25 de janeiro de 2020

Exmo. Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, Fernando Negrão
Exmo. Senhor Presidente da Mesa do Congresso Nacional da ANAFRE, Diamantino Santos;

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE, Jorge Veloso;

Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal de Portimão, Isilda Gomes;

Exmo. Senhor Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Manuel Machado;

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, Álvaro Bila;

Exma. Senhora Diretora Geral das Autarquias Locais; Sónia Ramalhinho;

Exmos. Senhores Presidentes de Câmara e das Assembleias Municipais;

Exmos. Senhores e Exmas. Senhoras Presidentes de Junta e de Assembleia de Freguesia;

Exmos. Senhores representantes dos partidos políticos presentes;

Exmos. Senhores representantes das organizações sindicais, sociais e económicas;

Caro Pedro Cegonho, presidente cessante da ANAFRE;

Minhas senhoras e meus senhores,

Quero começar por agradecer o convite que me foi feito pela Associação Nacional de Freguesias para encerrar os trabalhos deste Congresso. É com muito gosto que estou aqui hoje e é também com grande alegria que vejo o Algarve a ser escolhido pelas freguesias para acolher o XVII Congresso Nacional da ANAFRE.

Quero deixar-vos também uma palavra de apreço por serem muitas vezes o primeiro contacto das pessoas com o Estado, garantindo a necessária proximidade. Acredito que só através do poder local é possível aproximar a decisão dos cidadãos, melhorar

a qualidade dos serviços públicos e garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos sociais.

Esse trabalho começa muitas vezes nas freguesias e isso tem de ser devidamente reconhecido. Na verdade, as freguesias já estão proactivamente a fazer a sua parte: das 2882 freguesias do Continente, 1053 aceitaram exercer as duas competências que estão a ser transferidas para estas órgãos autárquicos (as estruturas de atendimento ao cidadão e as que passam dos municípios para as freguesias). Outras 902 freguesias já aceitaram uma destas competências.

Não posso deixar também de destacar a importância dos Espaços Cidadão – são 629 em todo o território, a maioria instalados em articulação com as juntas de freguesia – que são uma parte fundamental desta Administração Pública que queremos próxima e inclusiva.

Nestes Espaços, as pessoas podem revalidar a carta de condução, pedir certidões de registo civil, renovar o cartão de cidadão, obter uma caderneta predial ou enviar documentos de pedido de reembolso para a ADSE. E podem tratar de tudo isto na sua área de residência ou nas imediações sem precisarem de se deslocar para as capitais de distrito. Está ainda prevista a revisão e o ajustamento do catálogo de serviços garantidos pelos Espaços Cidadão, reforçando-se a aposta na proximidade mediante a disponibilização dos serviços mais procurados de todas as áreas governativas.

Minhas senhoras e meus senhores,

O desafio colocado às freguesias e aos municípios é enorme e deve ser assumido para benefício das populações e da proximidade na gestão e na decisão. Estou certo de que a descentralização de competências da Administração Central para as autarquias vai permitir reforçar ainda mais esta aproximação e é por isso que o processo já iniciado na legislatura anterior será agora definitivamente consolidado.

Nesse sentido, eu e a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública estamos a percorrer as 21 Comunidades Intermunicipais e as 2 Áreas Metropolitanas do país para sabermos, em primeira mão pelos autarcas, qual o ponto

de situação da assunção de competências pelas autarquias e quais as suas preocupações e dificuldades.

Ontem ouvimos os autarcas da CIM do Algarve, em Faro, e é com grande satisfação que tenho verificado a vontade generalizada de avançar com o processo de descentralização.

Estamos ainda a meio deste Roteiro para a Descentralização, mas já é possível afirmar que, se trabalharmos de forma construtiva e pragmática, é possível chegarmos a soluções e ultrapassarmos as dificuldades que um trabalho desta dimensão e complexidade naturalmente tem.

Uma das soluções que foi possível identificar refere-se ao património devoluto do Estado, tendo já sido pedido às CIMs que façam o levantamento do património do seu território, que façam chegar essa informação a mim e à Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública para que nós possamos pessoalmente agilizar a transferência deste património para as autarquias. É apenas um exemplo, mas é bem revelador de que o Governo está disponível para ouvir as dificuldades de todos e empenhado em encontrar soluções.

No final deste Roteiro – e feito o levantamento das preocupações dos autarcas, das dificuldades e das suas sugestões – faremos um relatório que permitirá implementar medidas necessárias e adequadas à agilização de procedimentos e à concretização do processo de descentralização, garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

Sabemos que este processo passa também por dotar as autarquias dos meios financeiros necessários para que assumam as competências agora transferidas. Em 2020, será transferido um valor de cerca de 300 milhões de euros para financiar as competências da administração direta e indireta do Estado que já tenham sido assumidas pela administração local nas áreas da educação, da saúde e da cultura. Este valor será reforçado à medida que novas competências nas áreas da educação, da saúde e da cultura sejam aceites pelos municípios.

Na proposta do Orçamento do Estado para 2020, ainda em discussão na Assembleia da República, prevê que, pela primeira vez, as transferências para os municípios que

aceitaram as competências previstas nos diplomas setoriais aprovados com base na Lei-Quadro da Descentralização sejam realizadas através do Fundo de Financiamento da Descentralização, gerido pela Direção-Geral das Autarquias Locais.

Além disso, as transferências para as autarquias serão novamente reforçadas em 2020. Depois do reforço de 165 milhões de euros no passado, em 2020 este valor é reforçado em 278 milhões, um aumento de cerca de 10% face a 2019. No caso das freguesias, também há um reforço de 7,5% das verbas a transferir, ou seja, mais cerca de 16 milhões de euros. Em ambos os casos trata-se do aumento de transferências mais expressivo desde sempre.

Tal como está no Programa do Governo, serão aprovados os critérios de criação e agregação de freguesias para corrigir eventuais erros da reforma territorial de 2013, um trabalho que partirá das conclusões constantes do relatório apresentado pelo grupo técnico para a definição de critérios para a avaliação da reorganização do território das freguesias.

Este grupo técnico propôs a definição de critérios que permitissem proceder à revisão da reorganização territorial das freguesias, tendo identificado 5 critérios objetivos a serem considerados no regime jurídico das freguesias, aplicáveis tanto para a fusão como para a criação de freguesias.

Foi ainda elaborada uma proposta de lei relativamente à qual tanto a ANAFRE como a ANMP apresentaram as suas legítimas preocupações. Por essa razão e também porque esta discussão coincidiu com o final da legislatura, o Governo vai reabrir o processo negocial com a ANMP e com a ANAFRE.

Minhas senhoras e meus senhores,

Haja confiança para os desafios colocados no futuro próximo. Termina a minha intervenção reiterando o compromisso da minha total disponibilidade para trabalhar em conjunto com as freguesias e com os autarcas para que possamos, juntos, prestar um melhor serviço às populações.

A todos um bom trabalho. Muito obrigado.